

A produção da natureza na teoria do desenvolvimento geográfico desigual: notas introdutórias.

Guilherme Chalo ¹

Resumo: O pensamento geográfico sempre esteve na interseção das reflexões entre sociedade e natureza. A teoria de Neil Smith sobre o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo nos ajuda a refletir sobre essa relação. Portanto, nosso objetivo neste trabalho é pensar o conceito de produção da natureza em Neil Smith e como este se tornou fundamental para pensar o desenvolvimento e as contradições do capitalismo, principalmente seu caráter desigual. Com isso pretendemos refletir brevemente sobre uma lacuna fundamental na teoria crítica contemporânea.

Palavras-chave: Produção da natureza; Desenvolvimento Geográfico Desigual; Produção do Espaço; Neil Smith.

The production of nature in the theory of uneven geographical development: introductory notes.

Abstract: Geographic thought has always been in the interception of the reflections between society and nature. Neil Smith's theory on the uneven geography development of capitalism helps us to reflect on this relationship. Therefore, our purpose in this paper is to think about the concept of the production of nature in Neil Smith and how it became fundamental to think about the development and contradictions of capitalism, especially its unequal character. With this we intend to briefly reflect on a fundamental gap in contemporary critical theory.

Keywords: Production of nature; Desigual Geographic Development; Production of Space; Neil Smith.

La producción de la naturaleza en la teoría del desarrollo geográfico desigual: notas introductorias.

Resumen: El pensamiento geográfico siempre estuvo en la interceptación de las reflexiones entre sociedad y naturaleza. La teoría de Neil Smith sobre el desarrollo geográfico desigual del capitalismo nos ayuda a reflexionar sobre esta relación. Por lo tanto, nuestro objetivo en este trabajo es pensar el concepto de producción de la naturaleza en Neil Smith y cómo se hizo fundamental para pensar el

¹ Mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ).  <https://orcid.org/0000-0001-7423-0720>. E-mail: guilhermechalo@gmail.com

desarrollo y las contradicciones del capitalismo, principalmente su carácter desigual. Con ello pretendemos reflexionar brevemente sobre una brecha fundamental en la teoría crítica contemporánea.

Palabras-claves: Producción de la naturaleza; Desarrollo Geográfico Desigual; Producción del espacio; Neil Smith.

Introdução

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual é um dos pensamentos mais originais da segunda metade do século XX. Atualizando lacunas do pensamento marxiano para compreender a crise do capitalismo e suas raízes e consequências urbanas, a teoria desenvolvida por David Harvey, na esteira da obra de Henri Lefebvre (2006), busca a relação entre o movimento do capital e a produção do espaço.

O livro que talvez seja o ponto culminante desta teoria é *Os limites do capital* (2013a), publicado originalmente em 1982 nos Estados Unidos. Nele, Harvey apresenta uma interpretação do desenvolvimento do capital centralizando a reflexão na categoria espaço e em como o ambiente construído das cidades produz e é produzido pelas contradições do capital. Ao apresentar os três cortes da crise do capital, Harvey inova ao refletir sobre a teoria do valor de Marx (2013) sob um novo prisma.

Entretanto, como o próprio autor deixa claro, sua reflexão no célebre livro está aberta e apresenta algumas lacunas que ele mesmo identificou na introdução à edição inglesa de 2006. É o que queremos destacar aqui: o autor chama atenção para a necessidade de um pensamento sobre o chamado “mundo natural” “em que vivemos e [que] está sendo selvagemmente reestruturado e precisamos saber como, porque e o que pode ser feito a respeito dele” (HARVEY, 2013a, p. 18).

Em reflexões mais recentes no livro *17 contradições e o fim do capitalismo*, David Harvey (2016) encara essa questão discutindo o conceito de produção da natureza. Segundo o geógrafo, “o capital é um sistema ecológico em constante funcionamento e evolução, no qual natureza e capital são constantemente produzidos e reproduzidos. Essa é a maneira correta de refletir sobre ele” (2016, p.230). Harvey ilumina esta lacuna

pensando a natureza como um elemento da vida coletiva, socialmente produzido, remetendo a um conceito de *produção da natureza* que Neil Smith desenvolve em seu livro *Desenvolvimento desigual* (1988).

Portanto, nosso objetivo neste trabalho é pensar o conceito de produção da natureza em Neil Smith e como se tornou fundamental para pensar o desenvolvimento e as contradições do capitalismo, principalmente seu caráter desigual. Com isso pretendemos refletir brevemente sobre uma lacuna fundamental na teoria crítica contemporânea e contribuir com um problema que acompanha a história do pensamento geográfico.

Natureza e modernidade

Em sua obra, Neil Smith inicia a argumentação questionando a experiência social com a natureza, ou seja, como no decorrer da história construímos diferentes concepções sobre esta e como um amálgama de concepções engendrou a nossa ideia moderna de natureza.

Apesar dos diferentes conceitos de natureza presentes em grandes pensadores, segundo Neil Smith, “a realidade da dominação social sobre a natureza é incontestável, ainda que a magnitude do processo seja objeto de debate e que sua moralidade seja objeto de acirradas polêmicas” (1988, p.27). Ou seja, uma das características da moderna relação entre sociedade e natureza é a dominação. Mas podemos observar a complexidade das formas que o conceito de natureza possuiu ao longo dos anos, assumindo em alguns momentos ideias contraditórias como “natureza material e espiritual”, “divina e resultado do processo evolutivo”, “dominada e vitoriosa”, “romântica e um objeto mecânico”. Todas essas concepções circulam em nossa sociedade, mas são operadas a partir de um dualismo que Neil Smith traduz na dicotomia entre uma natureza externa e uma natureza interna ou universal.

Para o autor, a natureza externa são os objetos, aquilo que existe fora da sociedade, o primitivo, a matéria-prima, o que foi criado pela divindade. Já a natureza interna ou universal é a natureza humana, um tratamento ontológico da sociedade, a essência. Segundo Smith, “a natureza exterior e a universal não são inteiramente conciliáveis, pois ao mesmo tempo que a natureza é considerada exterior à existência humana, ela é simultaneamente tanto exterior quanto interior” (1988, p.28).

A partir deste primeiro diagnóstico das concepções correntes de natureza, o autor busca investigar as origens deste dualismo e nos remete a Kant – apesar de não esquecer a tradição, que mesmo antes de Kant já trazia consigo a reflexão sobre a natureza.¹ Segundo o autor, é neste momento que a “contemporânea ideologia burguesa da natureza está constituída sobre essas dicotomias filosóficas” (1988, p. 29), portanto, é no pensamento de Kant que podemos marcar a aurora da dicotomia entre a natureza exterior e a universal.

Para compreender esta dicotomia ao longo da história, Neil Smith pensa a partir de dois principais paradigmas que traduzem as múltiplas concepções, pois seria um trabalho gigantesco pensar a complexidade das ideias sobre a natureza desde a Antiguidade até as reflexões contemporâneas. Assim, o autor apresenta as concepções de natureza a partir do método científico do pensamento moderno e o que ele denominou de “modo poético”, uma visão romântica da natureza. Ele pensa esses dois paradigmas como fundamentos para o que denominou de ideologia de natureza.

A natureza no pensamento científico moderno tem suas origens no pensamento de Francis Bacon (1973). Sua concepção de natureza é construída a partir de uma visão de dominação, pois os homens – segundo o filósofo inglês - têm a tarefa divina de dominar a natureza. Em Bacon já temos uma oposição ao pensamento escolástico da Idade

¹ Diversos autores discutem o conceito de natureza na história, desde os pré-socráticos até a modernidade, mas como o autor está preocupado eminentemente com a geografia do capitalismo, não nos aponta tal empreitada histórica. Podemos aqui citar alguns trabalhos que podem nos ajudar a construir essa teia de concepções ao longo da história, particularmente “*Os (des) caminhos do meio ambiente*” de Carlos Walter Porto Gonçalves (2011) e *Marx e a natureza em O Capital* de Rodrigo Antônio de Paiva Duarte (1986).

Média e sem dúvida é um momento de mudança de paradigma, pois em seu pensamento o método empirista surge como meio para a dominação da natureza.

Alguns autores nos mostram que as origens do pensamento moderno não estão somente em Francis Bacon. Como Alexandre Koyré (1991) apresenta, a história não se movimenta por rupturas e suas fronteiras não são tão claras como os manuais nos apresentam. Alguns filósofos que são considerados como neomodernos apresentam traços em suas obras que marcam o que ele chamou de “lenta mas profunda [...] morte da Idade Média” (1991, p.17), marcando essa ruptura gradual de pensamento. Mas é em Bacon que se constitui uma força de método para a dominação da natureza: segundo Neil Smith (1998, p.30), “a concepção de natureza trazida por Bacon é explicitamente exterior à sociedade humana; ela é um objeto a ser dominado e manipulado”.

É no pensamento de Bacon que nasce uma profunda abstração da conjuntura social: a partir do método científico moderno empirista se constitui uma profunda separação entre sujeito e objeto, que marcará todo o pensamento moderno.

Em seu *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza* (1973), Bacon, no primeiro aforismo, já mostra a separação entre sujeito e objeto e a primazia do método empírico. Assim ele escreve: “O homem, ministro e intérprete da natureza, faz e entende tanto quanto constata pela observação dos fatos ou pelo trabalho da mente, sobre a ordem da natureza; não sabe nem pode mais” (1973, p. 20).

Toda esta tradição de pensamento não opera fora do contexto social que a engendra. A forma empirista do método científico moderno que trabalha a todo tempo com uma concepção de natureza exterior, com o sujeito apartado do objeto, tem nas máquinas da indústria um campo fértil de desenvolvimento, a história da indústria moderna caminha ao lado das descobertas científicas. O que é importante é a relação entre ciência moderna e a indústria que opera sob este paradigma de natureza exterior. Um paradigma de conquista da natureza, que marca todo o pensamento moderno desde Bacon.

Compreender como a natureza aparece na ciência moderna desde sua gênese até as descobertas contemporâneas é fundamental para tratarmos conceitualmente aquilo que Neil Smith chamou de Ideologia da Natureza, reflexão que funda sua teoria para o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo.

A segunda interpretação fundamental que cerca as nossas concepções de natureza e produzem uma ideologia é a da natureza poética, e para tal Smith utilizou como referência a expansão americana para o Oeste. A “marcha para o Oeste” construiu uma visão sobre a natureza dos EUA à época, uma natureza selvagem, mítica, hostil², que necessita ser conquistada, uma natureza que se opõe aos ideários de civilização.

Em 1831, Alexis de Toqueville apresentava uma concepção do povo americano sobre a natureza,

Prontamente admito que os americanos não têm nenhum poeta; mas não posso aceitar que não tenham ideias poéticas. Na Europa as pessoas falam bastante das florestas da América, mas os próprios americanos nunca falam a respeito delas; eles são insensíveis às maravilhas da natureza inanimada e pode-se dizer que eles não percebem as portentosas florestas que os circundam até que elas caiam sob o machado. Seus olhos estão voltados para outra direção: o povo americano vê sua própria marcha através dessas selvas, drenando pântanos, mudando o curso de rios, povoando ermos e subjugando a natureza. Essa imagem grandiosa deles mesmos não chega aos olhos dos americanos somente de vez em quando; pode-se dizer que ela empolga a cada um deles em suas menores e em suas mais importantes ações e que está sempre presente diante de sua mente (TOCQUEVILLE Apud SMITH, 1988, p.36)

A frase de Tocqueville demonstra como a expansão territorial dos EUA para o Oeste construiu essa imagem da natureza, uma imagem onde “o natural e o selvagem eram uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização” (SMITH, 1988, p.37). Essa marcha civilizatória molda uma identidade cultural americana que está marcada pelo processo de conquista.

² Neil Smith busca nas raízes literárias estadunidenses traços que demarcam esta concepção de natureza utilizando o que ele intitulou “literatura de conquista”.

Entretanto, como apontamos no início, as concepções sobre o conceito de natureza são múltiplas e sustentam uma gama de olhares e contradições. Essa visão de oposição entre natureza e civilização ganha um novo contorno, também no século XIX surge um movimento que Neil Smith denomina de “movimento de volta à natureza”, agora sintetizados não pelo colono da conquista territorial, mas do intelectual habitante urbano. Já no final do século XIX se iniciava uma cultura que dura até os dias de hoje, que é a da fuga da cidade, das férias no campo. Assim se construiu, por uma pequena elite intelectual, uma visão idealista de volta à natureza, que na atualidade se espalha como uma necessidade de fuga para o verde.

Este movimento de volta da natureza tem como referência a literatura romântica do início do século que operava sob a “trindade de Deus, Homem e Natureza”. Essa concepção de natureza divina nos remete a uma universalidade, a um espírito universal, que foi fundamental para compreender a natureza de forma poética, transcendendo seus movimentos e leis para a forma divina. Nessa concepção o homem é visto como parte de uma natureza com que deve ser reconciliar.

Aqui podemos observar uma visão de natureza em um duplo movimento: uma visão divina e universal e ao mesmo tempo uma visão exterior, pois “não se afaga uma cascavel até que lhe arranquem as presas; somente então pode-se levá-la para lugares onde todos possam se maravilhar com a sua beleza natural” (SMITH, 1988, p.42). Entre “o utilitarismo grosseiro dos pioneiros para o idealismo refinado dos defensores da volta a natureza” (SMITH, 1988, p.39) é fundamental notarmos as funções sociais desses discursos e a construção do que o autor denominou de ideologia da natureza.

Ideologia da natureza

A ideia de uma natureza hostil e selvagem que necessita ser conquistada interessava à expansão territorial dos EUA e essa concepção de natureza serviu para legitimar a tomada de territórios de povos tradicionais. Assim como a natureza poética foi fundamental para legitimar uma ideia de Nação, de espírito e liberdade americanos, ou

seja, uma identidade cultural, a expansão para o Oeste foi fundamental para constituir uma cultura de fronteira, que subentende que há colonos e colonizados, um processo de formação territorial legitimado por uma ideia de civilização³.

Aqui temos em nossa frente um problema fundamental: como tratar essa dicotomia da natureza, este dualismo entre a natureza exterior e a natureza universal? Por mais que o processo produtivo e científico defina a natureza como algo externo, ainda assim as concepções universalizantes estão a todo momento presente. Por mais que o conceito de natureza carregue consigo este dualismo essencial, é primordial pensarmos as funções sociais por trás desses conceitos de natureza historicamente determinados. Nas palavras de Neil Smith:

A ideologia não é simplesmente um conjunto de ideias erradas da sociedade, mas sim um conjunto de ideias radicadas na experiência prática, embora seja a experiência prática de uma dada classe social que vê a realidade através de sua própria perspectiva e, ainda assim, de forma parcial. Embora seja, dessa forma, uma reflexão parcial da realidade, a classe tenta universalizar sua própria percepção de mundo (1988, p. 45).

Hoje é fundamental pensarmos as configurações das nossas concepções de natureza e como naturalizamos alguns processos constituídos historicamente pela forma social do capitalismo; como nossa concepção de natureza se transforma em ideologia e configura diferentes formas espaciais, transformando-se em verdadeiras ideológicas geográficas; como o processo “civilizador” e a expansão para o oeste americano se transformaram em um processo “civilizador” de expansão do capitalismo no pós-guerra e como atualmente engendramos um processo “civilizador” em áreas urbanas como novas fronteiras para a valorização de capital (SOUZA, 2013).

³ Podemos observar isto em nosso caso no Brasil, como a poesia, música e o discurso religioso, sobre a natureza foram fundamentais para a formação territorial nacional funcionando como uma ideologia, geográfica, de formação territorial, identidade cultural e de formação do discurso de nação (CHAUI, 2000).

Isto posto, refletiremos adiante como nossa concepção de natureza desenvolvida historicamente como ideologia tem implicações espaciais profundas desde a aurora da modernidade.

A natureza e o pensamento marxista

É fundamental pensarmos uma concepção que ultrapasse essa visão contraditória de natureza desenvolvida a partir da modernidade. Neil Smith enxerga na obra do Marx, uma possibilidade, ou melhor, uma alternativa à visão dualista de natureza, apesar de sua complexidade e de apresentar em diferentes momentos concepções de natureza.

240

Sobre esta complexidade Neil Smith apresenta,

Em seu trabalho inicial, onde ele [Marx] discute intensamente a relação com a natureza, toda a ênfase é dada à unidade com a natureza, mas em seu trabalho posterior, que é menos filosófico, mais analítico e concreto e também mais conciso, a natureza parece entrar mais frequentemente como um objeto do trabalho no processo de produção. A promessa de uma natureza e de uma história unificadas é feita claramente no trabalho inicial, mas na época em que escreveu seus últimos trabalhos, ele não estava mais tão preocupado em elaborar uma concepção de natureza (1988, p. 48)

Na obra de Marx podemos observar uma concepção de natureza inovadora, que até então não aparecia na história do pensamento como um paradigma e que pode nos oferecer pistas para compreendermos as dinâmicas da relação capital – natureza – sociedade, trazendo subsídios para uma concepção de espaço fundada em uma teoria sobre a natureza.

É claro que na evolução do pensamento marxiano existem diferentes concepções de natureza que o acompanham. No pensamento do jovem Marx temos um idealismo marcante com uma ideia de reconciliação absoluta com a natureza e, no Marx maduro, já com os escritos para *O capital*, uma ideia de natureza marcada pelo materialismo crítico (DUARTE, 1986).

Sobre a concepção marxiana de natureza Rodrigo Duarte, em seu livro *Marx e a Natureza em O capital (1986)* aponta

a concepção marxiana se apresenta como uma forma privilegiada de compreender a natureza, pois, por um lado, extirpa simultaneamente a ingenuidade do pensamento mítico e a presunção do mecanicismo, na

medida em que é dialética; por outro lado preserva a especificidade do mundo físico, na medida em que é materialista. (1986, p.105)

Porém, antes de discutir na obra de Marx a concepção de natureza precisamente, Neil Smith parte de uma leitura que a teoria marxista fez sobre a relação capital e natureza, a partir da Escola de Frankfurt e discutindo principalmente a obra de Alfred Schmidt intitulada *O conceito de natureza em Marx* (1976). Um dos pontos da obra de A. Schmidt é a concepção de natureza em Marx como uma relação, marcada por um processo de abstração filosófica que pensa sujeito (sociedade) e objeto (natureza). No pensamento de Marx, essa relação aparece como uma interação metabólica – a sociedade produzindo um metabolismo com a natureza – nas palavras de Neil Smith a “força motivadora” desta relação metabólica seria o processo de trabalho. Neil Smith observa “nessa interação metabólica, a natureza fornece ao trabalho tanto seu sujeito quanto o seu objeto – o trabalhador (com suas capacidades naturais e uma intenção) de um lado, o objeto de trabalho (o material a ser transformado), de outro” (1988, p.51).

Essa frase nos coloca a questão sobre a dialética na natureza, pois a dialética exerceu um papel fundamental na epistemologia marxiana, assim A. Schmidt faz uma crítica ao texto de Engels sobre *A dialética da Natureza*⁴ (1991). Os escritos deste texto (manuscritos entre 1870 e 1880) tem como objetivo demonstrar que as leis da dialética são leis da natureza. Recorrendo a vários trabalhos acadêmicos sobre física, química e biologia, o pensador escreve uma série de textos reunidos neste livro, que promovem uma concepção global sobre as ciências e coloca a dialética “como a ciência da concatenação total”.

Maurilio Botelho (2011) criticou o livro de Engels apresentando o processo histórico por trás da produção obra. Segundo o autor,

a questão principal da proposta da dialética da natureza de Engels, relativo à integração do universo natural e social, está na exteriorização das categorias e na emancipação do método – o problema que se pode verificar a partir daí é a transformação da dialética em método formal, lógica contrária a sua própria natureza de encarar conceitos e objetos como momentos integrantes de um mesmo processo em constante e mútua síntese. [...] o fundamental seria determinar a natureza da forma social que produz essas ciências

⁴ Para ver uma sistematização das ideias do “último” Engels e também uma crítica a este movimento percorrido pelo pensador ver Musse (1999).

naturais, suas teorias, suas categorias, seus métodos e, portanto, seus resultados práticos e objetivos (2011, p.41).

Apresentar uma dialética da natureza é ao mesmo tempo colocar a natureza em uma posição exterior à sociedade e, portanto, um impeditivo de pensarmos essa relação como dialética. O trabalho de Engels é criticado por Alfred Schmidt (1976),

A natureza se torna dialética produzindo os homens, tanto como sujeitos transformadores que agem conscientemente em confronto com a própria natureza, quanto como forças da natureza. O homem constitui-se no elo de ligação entre o instrumento do trabalho e o objeto de trabalho. A natureza é o sujeito - objeto do trabalho. Sua dialética consiste nisso: que os homens modificam sua própria natureza à medida em que eles progressivamente eliminam a natureza exterior do seu e de sua exterioridade, à medida em que mediatizam a natureza através de si próprios e à medida em que fazem a própria natureza trabalhar para os seus próprios objetivos (SCHMIDT apud SMITH, 1988 p.52).

242

A partir deste olhar sobre a obra de Alfred Schmidt (1976) com uma ideia geral de relação metabólica entre sociedade – natureza, Neil Smith aprofunda sua crítica ao texto do filósofo alemão apontando a mesma dualidade sobre a concepção de natureza que ele observa na história do pensamento moderno.

Também há uma concepção exterior de natureza (a natureza como o objeto do trabalho, exterior a sociedade) e uma concepção universal (a natureza como unidade entre a sociedade e a natureza). Apesar de todas as tentativas de demonstrar uma “dialética” entre esses conceitos, e apesar de todas as argumentações filosóficas de Schmidt quanto a sua unidade, tais conceitos permanecem praticamente separados em seu estudo (1988, p.56).

Neil Smith sustenta sua crítica observando a periodização que o filósofo alemão faz sobre a relação sociedade - natureza a partir de dois pontos, o que o autor denominou de “era pré-burguesa” e “era burguesa”,

Na era pré-burguesa “a natureza é apropriada através da agricultura é, assim, absolutamente independente dos homens”, afirma Schmidt, e “os homens” são, portanto teoricamente idênticos à natureza. Eles “escorregam”, por assim dizer, na existência natural. “Mas na era burguesa, prossegue Schmidt, “quando os homens foram bem-sucedidos em dominar universalmente a natureza, técnica, econômica e cientificamente, transformando-a num mundo de máquinas, a natureza se congela numa abstração, exterior em si mesma aos homens”. Isto é, a concepção universal de natureza é apropriada à era pré-burguesa, enquanto a concepção exterior caracteriza melhor a “era burguesa” (1988, p.57)

Assim, Alfred Schmidt apresenta a concepção de natureza a partir de um momento pré-burguês onde não haveria uma separação entre o sujeito e o objeto e no capitalismo, onde essa separação é produzida, ou seja a concepção universal mora na era pré-burguesa enquanto a concepção exterior se encontra no capitalismo. É a partir desta conclusão que Neil Smith observa que a pretensa concepção dialética de Alfred Schmidt (1976) apresenta na verdade um profundo dualismo, inspirado ora nas concepções de Kant ora em Hegel para discutir a natureza a partir de Marx.

Sendo assim, Neil Smith tenta identificar a dimensão política desse dualismo e recorre a outro filósofo marxista Alfred Sohn-Rehtel, para compreender as raízes deste dualismo. Segundo Sohn-Rehtel

o obstinado dualismo desta Filosofia é certamente uma reflexão mais fiel das realidades do capitalismo do que aquela que pode ser encontrada nos esforços dos pós-kantianos ilustres que tentam se livrar delas.... Como pode a verdade do mundo burguês apresentar-se de outra maneira senão como dualismo? (SOHN-REHTEL, 1978, p. 15 apud SMITH, 1988, p.59)

Depois de identificar as estruturas de pensamento dualistas na obra de Schmidt, Neil Smith compreende que esse dualismo enseja uma visão de natureza marcada pela ideologia burguesa de dominação sobre a natureza. Com isso, Neil Smith avança em mais um debate de fundamentação da sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual, precisamente sobre sua teoria da produção da natureza, e apresenta

Como o triunfalismo, o triunfalismo negativo da ideia de “dominação da natureza” começa com a natureza e a sociedade sendo dois domínios separados e tenta unificá-los. Em Marx, vemos o procedimento oposto. Ele começa considerando a relação com a natureza como sendo uma unidade e considera qualquer separação que exista entre elas como resultado simultaneamente histórico e lógico (SMITH, 1988, p.65).

Assim, a ideia vinculada pelo debate marxista de dominação da natureza carrega consigo o profundo dualismo apresentado até o momento, nossa tarefa agora é compreender não como a natureza é dominada, mas como ela é produzida. O que está em análise é a concepção da natureza como um produto da sociedade que a engendra, as concepções até então debatidas - a ideologia burguesa de natureza - não dão conta dessa perspectiva, deixando as concepções de natureza em um profundo dualismo.

Entretanto, o próprio Marx não tem em um só texto sintetizado suas contribuições sobre as relações sociais e a natureza, podemos encontrar pistas e referências em diversas obras em vários momentos de sua vida - da sua juventude a sua obra prima *O capital* - “No final, nós não estamos frente a um conceito plenamente construído, mas temos uma estrutura esquemática do conceito de natureza, implicada pela análise e crítica de Marx sobre o modo capitalista de produção” (SMITH, 1988, p.68).

Assim, Neil Smith apresenta sua concepção de natureza a partir de Marx fundamentando sua exposição no método de “caminhar do abstrato para o concreto”, do lógico ao histórico, o método da crítica da economia política. Marx escreve nos *Grundrisse*, “o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto” (2011, p.54).

David Harvey (2013) em seu guia para a leitura de *O Capital* escreve

O método de investigação de Marx começa com tudo o que existe - a realidade tal como é experimentada, assim como todas as descrições disponíveis dessa experiência na obra de economistas políticos, filósofos, romancistas etc. Ele submete esse material a uma crítica rigorosa a fim de descobrir conceitos simples, porém poderosos, que iluminem o modo com a realidade funciona. É isso que ele chama de método de descenso - partimos da realidade imediata ao nosso redor e buscamos, cada vez mais profundamente os conceitos fundamentais dessa realidade. Uma vez equipados com esses conceitos fundamentais, podemos fazer o caminho inverso de retorno a superfície - o método do ascenso - e descobrir quão enganador o mundo das aparências pode ser (2013, p.18).

Marx desenvolve sua crítica a partir dos teóricos da economia política clássica, da investigação filosófica e dos socialistas utópicos, reformulando conceitos como trabalho e valor, transformando-as em categorias que desvendem as relações abstratas/lógicas do capitalismo para assim atingir o concreto, as relações históricas⁵.

David Harvey apresenta uma metáfora para a compreensão da teoria de Marx,

⁵ Sobre o método de Marx ver Renault, Duménil e Löwy (2011), principalmente o capítulo escrito por Gérard Duménil intitulado “o projeto e o método”, no qual o autor desenvolve o projeto da obra prima de Marx *O Capital*. A introdução do guia ao *Capital* de David Harvey (2013) “*Para entender o capital – livro 1*” demonstra também o projeto e o método de Marx, e principalmente suas variadas referências.

o método crítico toma o que outros disseram e vislumbraram e trabalha com esse material a fim de transformar o pensamento – e o mundo que ele descreve – em algo novo. Para Marx, um conhecimento novo surge do ato de tomar blocos conceituais radicalmente diferentes, friccioná-los uns contra os outros e fazer arder o fogo revolucionário” (2013, p.14).

Portanto, Neil Smith fundamenta sua concepção a partir do método marxiano e apresenta sua ideia de produção da natureza a partir de três momentos históricos abstratos, a produção em geral, a produção para troca e a produção capitalista, desenvolvendo seu pensamento em diferentes momentos e mostrando assim o que “se torna a natureza sobre as condições do capitalismo” (1988, p.69).

Considerações finais: a produção da Natureza na teoria do desenvolvimento geográfico desigual

Desde as primeiras formações sociais, o ser humano se relaciona com a natureza para produzir a sua vida (alimentação, abrigo, segurança e interação social), assim a relação mais universal construída em sociedade é a transformação da natureza para sua subsistência, por meio da produção humana. Constituindo uma relação onde a natureza é transformada a partir da sua utilidade imediata, uma produção material da vida marcada pelo valor de uso.

Neste momento da história, a natureza é simplesmente valor de uso, uma relação para a sobrevivência, mas é fundamental compreender que ao modificar essa “natureza externa” para a sua sobrevivência, os seres humanos se modificam, construindo uma relação metabólica com a natureza, portanto essa relação também afeta os seres humanos produzindo uma nova vida material e intelectual,

produzindo os meios para satisfazer as suas necessidades, os seres humanos coletivamente produzem a sua própria vida material, e no processo produzem novas necessidades humanas cuja satisfação requer outras atividades produtivas. [...] a consciência como tal é o produto natural da atividade humana produtiva e das relações sociais nas quais seres humanos interagem uns com os outros a fim de produzir (SMITH, 1988, p.72).

Aqui cabe uma crítica à ideia de produção em geral para Neil Smith, o pensamento do autor transcende a lógica da mercadoria, do valor de uso e conseqüentemente da mercadoria, para toda a história. Os escritos de Marx em *O Capital* deixam claros que sua análise está fundamentada na sociedade que aparece sintetizada na forma da

mercadoria. “Em outras palavras, não podemos falar de nenhum desses conceitos sem falar dos outros (valor de uso, de troca e valor na mercadoria). Eles são mutuamente dependentes, são relações numa totalidade” (HARVEY, 2013, p.33).

“Marx está preocupado exclusivamente com o modo de produção capitalista. Ele não se ocupa com os modos antigos de produção, com os modos socialistas de produção ou mesmo com os modos híbridos, apenas com o modo de produção capitalista em forma pura” (HARVEY, 2013 p.26), ou seja, a forma da mercadoria não é uma relação em geral, é uma relação determinada historicamente, pelo movimento transformador do capital.

Portanto, uma leitura da produção das sociedades antigas não pode ser lida a partir da forma mercadoria, desenvolvida pelo capitalismo. Assim não podemos falar em uma produção em geral a partir da lei do valor desenvolvida por Marx, isto é uma retroprojeção histórica da lei do valor e das contradições da mercadoria que são próprias da revolução que é/foi o capitalismo.

Essa leitura da produção geral com a natureza sugere uma visão sobre a natureza baseada em sua unidade com a sociedade,

não é a unidade da natureza que preocupa o físico, nem àquele que é idolatrado pelo alarido da “volta à natureza” do movimento ecológico. Para o físico, a unidade da natureza é um produto de severas abstrações conceituais; para o aficionado da “volta à natureza”, a natureza é um produto da racionalização do desejo. Ambas são abstrações ideais. A unidade da natureza que está implicada nos trabalhos de Marx se origina da atividade concreta dos seres naturais, e na prática é produzida através do trabalho. O trabalho dos seres naturais impulsiona as facetas diferentes da natureza, encadeando-as em uma totalidade (SMITH, 1988, p.73)

Mas esta unidade não pode ser observada como uma unidade ideal como descrita acima, temos que compreender como a atividade humana desenvolveu historicamente um papel de diferenciação na natureza. Essa diferenciação da atividade produtiva se fundamenta principalmente na divisão do trabalho e neste momento da história em uma divisão fundamentalmente pelo sexo e pelas condições naturais de força física e cuidado.

É neste momento que se começa a produzir a partir de técnicas rudimentares e de novos entendimentos sobre o funcionamento da natureza, uma produção em abundância e a

divisão social da produção já formada, são as bases para a constituição de classes sociais. A produção em excedente é o pilar histórico para uma economia das trocas. É a partir dos excedentes que valores de uso podem ser trocados por outros valores de uso em um princípio da lógica da mercadoria como forma simples do valor.

Neste momento de aurora de uma economia baseada na troca, as sociedades se complexificam de maneira generalizada e agora temos instituições que começam a regular a troca, como o Mercado e o Estado. Já constituída numa divisão do trabalho clara, a troca cria uma nova relação com a natureza, a produção não se enquadra somente na subsistência imediata, a troca de valores de uso específicos engendra o valor de troca.

Um dos pressupostos para esta economia das trocas nascente é a ampliação da divisão do trabalho que tem como seu fundamento a divisão entre cidade e campo - o espaço da produção, o campo, e o espaço do mercado, a cidade - essa relação mediada pelo valor de troca fundamental que é o dinheiro.

A questão é que com o aparecimento de classes sociais, o acesso à natureza não é distribuído de forma equânime (qualitativa e quantitativamente) entre as classes. A classe dominante, que controla diretamente ou não os meios de produção sociais, certamente controla o excedente apropriado da natureza pelo trabalho humano de terceiros, enquanto a classe trabalhadora opera os meios de produção. Com a propriedade mobiliária, evidencia-se o acesso desigual à natureza, que assume uma dimensão espacial facilmente visível com a separação cidade-campo (1988, p.78).

A partir de toda esta teia complexa que se constitui de divisões sociais, Neil Smith apresenta uma transformação fundamental para a experiência humana sobre a natureza, pois é neste momento histórico que se amplifica um processo de divisão social entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Esse momento da economia para a troca no mercado engendra um processo de alienação fundamental sobre o produto do trabalho e conseqüentemente sobre a natureza, “com o desenvolvimento da produção para troca, o indivíduo humano torna-se um produto social” (SMITH, 1998 p. 81).

Com a produção para troca, a produção da natureza não ocorre somente no nível do indivíduo e da sua pequena comunidade para subsistência, agora a produção da natureza ocorre de “maneira ampliada”

Com a produção para a troca, a produção da natureza “ocorre em escala ampliada”. Os seres humanos não produzem somente a natureza imediata de sua existência, mas produzem toda a textura social de sua existência. Desenvolvem uma diferenciação complexa na relação com a natureza, uma natureza social diferenciada, obedecendo o gênero e classe de atividade manual e mental, atividades de produção e distribuição, e assim por diante. (SMITH, 1988 p. 82)

A partir desta reflexão Neil Smith sintetiza um ponto importante para pensarmos a produção da natureza, o autor apresenta o seu conceito de segunda natureza, aquela natureza produzida em sociedade a partir da economia de troca fundamentalmente marcada pelo valor de troca, “O valor-de-troca se enquadra no âmbito da natureza quando a segunda natureza, pela produção de bens, é produzida a partir da primeira. A relação com a natureza é medida pelo valor-de-troca, bem como pelas determinações do valor-uso” (SMITH, 1988 p.84).

Sobre a produção da natureza na economia de troca e a constituição de um complexo tecido social que envolve esta relação, que Neil Smith denomina de Segunda Natureza, ele escreve

Elementos de primeira natureza, antes inalterados pela atividade humana, estão sujeitos ao processo de trabalho e ressurgem como essência social da segunda natureza\ Nesta, todavia, sua forma foi modificada pela atividade humana, não deixaram de ser naturais, no sentido em que agora estão de certa forma imunes contra os processos e forças não humanas — gravidade, pressão física, transformação química, interação biológica. Mas também ficaram sujeitas a um novo conjunto de forças e processos de origem social. Assim, a relação com a natureza acompanha o desenvolvimento das relações sociais e, na medida em que estas são contraditórias, também o é a relação com a natureza (1988, p. 85).

Todo este processo da produção para troca são os fundamentos históricos para a ascensão da economia capitalista como modelo dominante de produção e que conseqüentemente engendra uma nova forma específica de produção da natureza⁶. Neste momento da história, o capitalismo revoluciona a sociedade ocidental com a sua

⁶ A lógica da determinação social não é a simples racionalização, que emerge imediatamente da necessidade de produção e consumo de valores de uso, nem mesmo na racionalização da produção para troca. Ao contrário, é uma abstração lógica que se junta à criação e acumulação do valor social, o qual determina a relação com a natureza no capitalismo. Então, o movimento do abstrato para o concreto não é simplesmente uma idealização conceitual sonhada por Marx, mas é uma contínua e real transferência obtida na relação com a natureza no capitalismo; determinações abstratas no grau do valor são continuamente transferidas para a atividade social concreta na relação com a natureza (SMITH, 1988 p.87).

organização de forma mais complexa, baseada em uma divisão clara da sociedade em classes sociais, trabalhador livre dos meios de produção, uma divisão técnica do trabalho na produção, relações familiares que são o núcleo da reprodução do capital e o Estado capitalista - presente fundamentalmente a partir das revoluções burguesas na Europa - como ente fundamental para a reprodução ampliada da economia capitalista.

Mas neste momento histórico profundamente revolucionário, a natureza se transforma em objeto da produção, “ela [a natureza] e em sua totalidade um acessório para o processo de produção” (SMITH, 1988, p.88), a relação com a natureza está profundamente mediada a partir das relações de produção para o lucro. “A primeira natureza é destituída do fato de sua primitividade, sua originalidade. A causa desta troca qualitativa nesta relação com a natureza repousa na relação alterada entre o valor-de-uso e o valor-de-troca” (SMITH, 1988, p.94).

No capitalismo, a produção da natureza se configura com características universalizantes, configurando uma verdadeira unidade na natureza, “mas essa unidade não deve ser mostrada como significando uma indiferenciada natureza” (SMITH, 1988 p.97).

Neil Smith sintetiza essa discussão sobre a produção da natureza e sua unidade

a diferença entre gravidade e lei do valor não preocupa o que pode e o que não pode ser produzido desde que o efeito da gravidade possa ser facilmente oposto e alterado completamente, e resultados contrários obtidos, simplesmente pela identificação e aplicação social de outras leis da natureza. Nós fazemos isto todo tempo, nós fazemos uma aeronave voar, por exemplo. A distinção fundamental que precisa ser feita é, entretanto, entre o que pode e o que não pode ser destruído para ser substituído. Esta distinção é realizada no processo prático da história social, não como um processo de especulação filosófica. Olhando para o passado histórico, as indicações são de que a lei de gravidade não pode ser destruída, mas, entretanto, pode ser contrariada em sua forma atual, como operação socialmente determinada, contudo a lei do valor pode ser destruída (1988, p. 99).

Assim nos demonstra que produção capitalista historicamente tem sido produzida como uma lei natural produzida socialmente.

O processo de produção capitalista em sua busca continua e exponencial para se revalorizar e absorver excedentes de capital, coloca a natureza em um ponto

fundamental deste processo, “A meta do capital é a produção na natureza na escala global e não somente um crescente manejo habilidoso sobre a natureza” (SMITH, 1988 p. 103)⁷.

Entretanto a produção da natureza não é só fenômeno da escala da produção de mercadorias, a produção da natureza é uma totalidade que extravasa o território da produção das mercadorias, portanto a natureza é produzida nem sempre como mercadoria, mas como consequência do processo de (re)produção do capital.

250

Neil Smith sintetiza esta ideia no seguinte trecho

mais completa e elaborada das produções humanas, o sistema capitalista, é, ao mesmo tempo, a mais anárquica. Assim como poluentes são produtos integrativos do processo de produção, embora não sejam seu objetivo imediato, a maior parte da produção da natureza não é a meta deliberada da produção. O processo de produção é quase deliberado, mas seu objetivo imediato, lucro, é considerado em termos do valor de troca, não valor de uso. Este tipo de controle é de importância vital, mas somente quando é considerado dentro do contexto. A primeira questão não é se ou em que extensão a natureza é controlada; esta é uma questão colocada na linguagem dicotômica da primeira e segunda naturezas, do domínio ou não domínio pré-capitalista sobre a natureza. A questão realmente é como produzimos a natureza e quem controla esta produção da natureza (1988, p. 93).

O autor nos ajuda a compreender melhor as implicações sociais da produção da natureza é,

Mais comumente, alguns aspectos da natureza podem ter sido alterados dramaticamente em sua forma física, pela atividade humana, sem que houvesse de alguma maneira um investimento de tempo de trabalho socialmente necessário. A produção da síndrome do choque tóxico, câncer, e outras doenças humanas produzidas são muitos exemplos, assim como as alterações climáticas oriundas da atividade humana. Como elementos de primeira natureza eles são produzidos, embora não como mercadorias (1988, p. 96).

⁷ Essa reflexão pode sugerir uma ideia de dominação/controlado da natureza, entretanto “matéria não é, de qualquer forma, dominada ou controlada por um mundo de abstração - isto rapidamente desembocaria no idealismo, mas partes específicas da matéria no mundo são produzidas (isto é, sua forma é alterada) de acordo com leis abstratas, necessidades, forças e acidentes da sociedade capitalista” (SMITH, 1988 p. 103)

A produção da natureza causa impactos incontroláveis às classes sociais em diferentes lugares em diferentes espaços e tempos. Neste sentido, temos que compreender a produção da natureza e suas implicações, que são processos fundamentais para a produção do espaço no capitalismo. Só assim, conseguiremos desvendar a geografia do capitalismo a partir uma base conceitual que compreenda a relação entre produção da natureza e a produção do espaço na teoria do desenvolvimento geográfico desigual.

Referências Bibliográficas

- BACON, Francis. *Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza – Nova Atlântida*. Trad. José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- CHAUI, Marilena. *Brasil - mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DUARTE, R. A. P. *Marx e a Natureza em O Capital*. São Paulo: Loyla, 1986.
- ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. 5ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- _____. *Para entender O Capital. Volume 1*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2006.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboços da Crítica da Economia Política*, São Paulo: Boitempo, 2011.
- MUSSE, Ricardo. *Sistema e Método no Último Engels. Discurso*. Departamento de Filosofia da FFLCH da USP, São Paulo, v. 30, p. 87-100, 1999.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Os (Des)caminhos do Meio Ambiente*. 15ª. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- SCHMIDT, Alfred. *El concepto de naturaleza en Marx*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1976.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Semântica urbana e segregação: Disputa simbólica e embates políticos na cidade "empresarialista"*. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana. (Org.). *A cidade contemporânea: Segregação espacial*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Data de Submissão: 28/05/2018

Data da Avaliação: 01/08/2018